

RELATÓRIO E PLANEJAMENTO

GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES

Coordenadoras:

Profª Dra. Mirla Cisne (UERN) – Coordenadora

Profª Dra. Magali Silva (UFBA) – ênfase raça-etnia

Profª Dra. Elisabete Aparecida Pinto –(UFBA) – ênfase raça-etnia

Profª Dra. Fernanda Marques de Queiroz (UERN) – ênfase de gênero

Profª Ms. Milena Barroso (UFAM) - ênfase de gênero

Profª Ms. Bruna Andrade Irineu (UFT) – ênfase sexualidade

Profª Ms. Valdenízia Peixoto (UNB)- ênfase sexualidade

Profª Dra. Gláucia Russo (UERN) - ênfase geração

Profª Dra. Maria das Graças Gomes (UFES) – ênfase geração

1. APRESENTAÇÃO

O Grupo Temático de Pesquisa (GTP) **Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades** se constitui como um espaço de elaboração, produção e circulação do conhecimento de forma articulada das problemáticas em tela, visto que os mesmos são estruturantes da sociabilidade do capital, intrinsecamente articulados à dimensão de classe.

Este GTP tem como propósito propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva de fortalecer as discussões acerca das temáticas de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social. Para orientar tais discussões, apresenta como ementa: “Sistema capitalista-patriarcal-racista e heteronormativo. Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.

Interseccionalidade das opressões de classe, gênero, raça/cor/etnia, geração e sexualidades” (ABEPSS, 2013).

Ressalta-se, ainda, que devido às especificidades de cada ênfase, constitui-se as ementas individuais:

a) Gênero: Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico reprodução social no capitalismo; Condição social das mulheres e políticas públicas. Violência contra mulher e a Lei Maria da Penha: atualidade e desafios. Feminismo: teoria, história, debates e dilemas estratégicos na contemporaneidade. Feminismo e Serviço Social.

b) Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/etnia. Desigualdades étnico- raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sócio- demográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico- raciais: avanços e desafios para o projeto ético- político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial.

c) Geração¹- O debate geracional no mundo contemporâneo. Os processos que envolvem infância, juventude e velhice enquanto construções sociais, históricas e culturais, bem como expressões da questão social. expressões da questão social. Indicadores socioeconômicos, proteção social e protagonismo político. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social junto á infância, juventude e velhice.

d) Sexualidades: Diferentes expressões de homofobia e sexismo. Diversidade familiar² e opressões associadas às sexualidades não-hegemônicas e às múltiplas expressões de feminilidade e masculinidade. Violações dos direitos sexuais no campo dos direitos humanos. Políticas públicas, gênero, sexualidade e serviço social. Movimentos sociais de enfrentamento à homofobia e ao sexismo (ABEPSS, 2013).

O GTP organiza-se em torno de pesquisadoras/es da área de Serviço Social e afins objetivando disseminar informações sobre as dimensões que o compõem, promovendo “debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, 2013).

2. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO GTP

¹ Em reunião do GTP em Vitória/ES realizada em 15/06/2013 verificou-se a necessidade de ampliação do entendimento da ementa da ênfase de "geração" de modo que fosse incluída a problemática da infância e da juventude, tendo em vista o foco da ementa apresentada nesta ênfase no ENPESS, antes restrita ao envelhecimento. Assim, propôs-se nova redação a mesma em reunião realizada no dia 18/09/2013 durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero com as coordenadoras das ênfases de Gênero e Sexualidade do GTP ali presentes.

² Aqui fizemos uma alteração de arranjos familiares para diversidade familiar.

Criado em dezembro de 2010 durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço-Social - ENPESS realizado no Rio de Janeiro, como uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social, bem como “forma de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento dos(as) pesquisadores(as), mediante a coletivização dos debates de ponta e a indicação dos temas relevantes para a área” (ABEPSS, 2013).

À frente da coordenação deste GTP até dezembro de 2012 estiveram as/os pesquisadoras/es: Marlene Teixeira (Universidade de Brasília/UnB), Mirla Cisne (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN), Magali Silva Almeida (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ), Maria das Graças Gomes (Universidade Federal do Espírito Santo/UFES) e Guilherme Silva de Almeida (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ).

Na avaliação realizada durante o Colóquio do GTP no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em Novembro de 2012, em Juiz de Fora, esta coordenação, sob trabalho conduzido pelo Professor Guilherme de Almeida e Professora Magali Silva, levantou juntamente com as/os pesquisadoras/es participantes, alguns pontos avaliativos em relação ao GTP, dentre os quais destacamos os seguintes:

I) Necessidade de estreitamento dos vínculos entre as coordenações dos GTPs e as coordenações regionais da ABEPSS; II) Necessidade de aperfeiçoar a interlocução entre as ênfases do interior dos GTPs; III) Necessidade de se fazer cumprir nos cursos de Serviço Social, as determinações da Lei Federal 10.639/2003 no que se refere à obrigatoriedade do ensino da História da África e do Negro, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior. No caso deste último segmento de ensino, a obrigatoriedade é referendada pela Resolução 01/2004 do Ministério da Educação. Do mesmo modo, a Lei 11.645, que se refere à obrigatoriedade do ensino da História da população Indígena no Brasil (ALMEIDA e SILVA, 2012, p. 02).

Naquele momento, observou-se também que uma das fragilidades existentes em função das próprias características dos/as proponentes/as dos estudos e pesquisas que se agregam ao GTP advém do fato de ser protagonizado por jovens pesquisadores/as, de serem pesquisas isoladas e, pela maior

concentração dos estudos e pesquisas nas regiões sul, sudeste e centro-oeste (ALMEIDA e SILVA, 2013).

Em Juiz de Fora se elegeu ainda a nova composição da coordenação deste GTP, que ficou composto pelas pesquisadoras: Roseli Pinheiro Rocha (FIOCRUZ), Fernanda Marques de Queiroz (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN), Elisabete Aparecida Pinto (Universidade Federal da Bahia/UFBA), Sálvea Campelo (Universidade Federal do Pernambuco/UFPE) e Bruna Andrade Irineu (Universidade Federal do Tocantins/UFT).

3. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

O Colóquio do GTP realizado no ENPESS ao final de 2012 contou com a exposição de pesquisas acerca da inserção da discussão de cada ênfase nas grades curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil. Avaliou-se que o referido colóquio foi de suma importância por ter proporcionado conhecermos o que vem sendo produzido no Serviço Social no âmbito da pesquisa e ensino e da relação entre graduação e pós-graduação para propiciar a articulação entre as ênfases.

Verificou-se que as pesquisas abarcadas pela ênfase “gênero” tem expressão significativa neste GTP, o que pode ser visto pelo aumento de número de trabalhos nesta ênfase do ENPESS de 2009 para o último em 2012. Contudo, os estudos e pesquisas sobre raça/etnia, questão geracional/velhice e sexualidades, “ainda suscitam um investimento maior da categoria na formação profissional a fim de que sejam estimulados os investimentos discentes e docentes em tais temas” (ALMEIDA e SILVA, 2013).

Mesmo com esta observação de um necessário investimento no âmbito da pesquisa, pode-se perceber, por exemplo, o aumento do número de participantes durante as exposições no Colóquio do GTP em relação ao ENPESS anterior. Como exemplo, citamos maior presença de participantes na ênfase de “sexualidades”, percebidos especialmente no momento da eleição para coordenação do GTP, onde se reuniu cerca de 20 pesquisadoras/es (grande parte

estudantes de graduação e mestrado), o que não esboça relevância quantitativa, contudo, se compararmos em relação ao ENPESS anterior, no qual tínhamos somente 05 pesquisadoras/es, constata-se um aumento de 300%.

Em junho de 2013 ocorreu a reunião dos GTP's em Vitória/ES. Este GTP reuniu-se no dia 15/06/2013 para planejar atividades coletivas e fazer uma breve avaliação das atividades realizadas no GTP até o momento. Neste contexto, avaliamos que falta uma maior articulação entre as ênfases, que poderiam ocorrer com maior empenho individual para participação nas reuniões do GTP e pelo estabelecimento de uma comunicação coletiva por meio de ferramentas virtuais.

Em agosto de 2013 a atual coordenação da ênfase em "Sexualidades" organizou juntamente com Guilherme Almeida e Marco Duarte (ambos da UERJ) um Grupo de Trabalho intitulado "Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero e Serviço Social" no Seminário Internacional Desfazendo Gênero em Natal/RN, com objetivo de reunir pesquisadoras/es do Serviço Social. Foram recebidos 26 trabalhos, destes, 20 foram aprovados para apresentação oral, contando com a presença de estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais que atuam com esta discussão nas políticas públicas. O grupo avaliou ser necessária a ampliação dos canais de publicação do Serviço Social para as discussões de diversidade sexual e de gênero. E também salientou a importância da presença da ABEPSS no evento, que esteve presente durante as apresentações do grupo de trabalho no 2º dia.

Em setembro de 2013, aproveitando a participação no X Seminário Internacional Fazendo Gênero em Florianópolis/SC, realizou-se no dia 19/09/2013 uma reunião entre as coordenadoras das ênfases "Gênero" e "Sexualidades" para repasses e informes. No mesmo dia, reuniu-se com algumas integrantes do GTP para planejar e organizar um Seminário Nacional que seria promovido pelo Laboratório GENPOSS - Gênero, Política Social e Serviços Sociais da Universidade de Brasília/UnB em parceria com o GTP6.

O CBAS, em Águas de Lindóia-SP, em outubro/2013, também foi uma oportunidade de reunir alguns integrantes do GTP, aonde se discutiu a seguinte pauta: 1) Divulgação e Avaliação do GTP; 2) Divulgação do Seminário Nacional a

ser promovido pelo GTP; 3) Discussão da Chamada para Envio de Trabalhos para a Revista *Temporalis* nº 27, - publicada em agosto de 2014 na temática do GTP.

Em dezembro de 2013, durante a Oficina Nacional de graduação e pós-graduação da ABEPSS, o GTP reuniu-se para indicar uma nova coordenadora que passou a ser a Professora Mirla Cisne, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Na oportunidade, também demos prosseguimento ao planejamento do nosso Seminário Nacional.

O seminário foi realizado durante o período de 05 a 07 de maio de 2014, em Brasília-DF e contou com a presença de representantes dos GTP6 dos eixos de gênero e sexualidade. As integrantes do GTP, Telma Gurgel, Mirla Cisne, Marlene Teixeira e Bruna Andrade Irineu integraram mesas do seminário, debatendo sobre divisão sexual do trabalho e Serviço Social; feminismo na América Latina; pesquisas feministas e produção do conhecimento em Serviço Social; feminismo, gênero e formação profissional; sexualidade, diversidade sexual, direitos e Serviço Social.

Como um dos acúmulos teóricos possibilitado pelo seminário, destacamos a concepção da “consustancialidade” e a “coextensividade” das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. Sobre as quais, explica-nos Kergoat (2012, p. 126-127):

As relações sociais são consustanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são co-extensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de "raça", se reproduzem e se co-produzem mutuamente (tradução nossa³).

Assim, entendemos que classe, “raça” e relações sociais de sexo (incluindo a sexualidade) não compõem relações superpostas, tampouco adicionais.

³ Texto original: “Les rapports sociaux sont consubstantiels: ils forment un noeud qui ne peut être séquencé au niveau des pratiques sociales, sinon dans une perspective de sociologie analytique; et ils sont coextensifs: en se déployant, les rapports sociaux de classe, de genre, de « race », se reproduisent et se co-produisent mutuellement” (*IDEM, IBID*).

Considerar essas relações como adicionais, ou seja, somáveis, pode nos levar à segmentação positivista de entendê-las como dimensões separadas e não enoveladas, como nos propõem Saffioti (2004).

Ao final do encontro, reunimos as pessoas do GTP6 para uma avaliação do Seminário que foi considerado exitoso por ter possibilitado maior integração e aprofundamento entre as discussões de gênero e sexualidade. Como produto desse seminário esperamos uma publicação do conteúdo das mesas, que será organizada pela professora Marlene Teixeira, da Universidade de Brasília.

Para expormos acerca do eixo raça/etnia é necessário definirmos a conceituação dessas duas categorias. Quanto ao conceito de raça, este sofreu várias alterações no tempo e na história. Todavia, a invenção e a paternidade das modernas teorias racistas são atribuídas ao Conde Arthur Joseph de Gobineau (1816 –1882), que influenciou cientistas brasileiros, com destaque para Nina Rodrigues e Oliveira Viana, ambos desenvolvendo suas atividades laborais na Bahia. Para Munanga (2003) a hierarquização social e assimetrias de poder entre os grupos humanos de cor de pele diferentes, foram consequências diretas dos discursos racializados produzidos no século XIX, com objetivo de manter a dominação/exploração de negros e negras na África e na Diáspora e explorar sua força de trabalho em qualquer que seja o modelo econômico: industrial ou colonial. Nesses termos, para o autor,

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial. (MUNANGA, 2003, p, 4)

Atualmente, é consensual a ideia nas ciências biológicas e humanas que não existem raças, embasando-se em características físicas. Isto é, existe apenas uma única raça- a humana. Nos assevera Munanga (2003) que o termo raça, tal como é empregado nos estudos científicos, nada tem de biológico. Ele representa uma visão social de mundo (LOWY, 1988) e portanto sua aplicabilidade depende do contexto social, dos sujeitos que enunciam e, sobretudo dos interesses de classe.

Portanto “os conceitos de negro, branco, mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, Na África do Sul, na Inglaterra. Por isso o conteúdo dessa palavra é [...] político ideológico e não biológico” (Idem, 2003, p.5) Todavia, apesar das teorias biológicas afirmarem a inexistência científica da raça Munanga (2003), mesmo concordando com as conclusões das teorias biológicas afirmam a inexistência científica da raça, a justifica o uso do “conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (idem, 2003, p .6)

Assim, as diferenças culturais, linguísticas, costumes e de posição social não podem ser entendidas como sinônimos de raça, mas são importantes e nos possibilitam conceituar o termo etnia. Para Munanga (2003, p.):

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Em que pese este entendimento, devemos insistir: no Brasil, a categoria raça deve ser percebida como histórica e social, não havendo nenhuma ligação com a perspectiva biológica que legitimou e legitima as perspectivas e práticas racistas.

Quando refletimos sobre etnia, incluem-se, implicitamente, as noções de diferença e alteridade. Portanto, é só através do contraste com um “Outro”, numa situação específica, que o grupo – e seus membros – se distingue e consegue construir uma identidade própria, isto é, a sua identidade étnica. Todavia, notamos ser comum em sociedades estratificadas não haver a identificação étnica em

todos os campos da vida, seja no político ou na produção do conhecimento dos grupos majoritários. Assim, esta identificação parece ser importante apenas aos grupos étnicos politicamente minoritários, tanto se eles são minoria demográfica, ou parcela da sociedade que não detém o poder. Como primeira conclusão, então, vemos que o discurso sobre a etnicidade ou a identidade étnica não requer, por parte da maioria política e/ou econômica, uma auto-identificação ou reflexão, no que diz respeito a se interrogar: "quem somos nós?" (PINTO, 2002).

No período de 2010-2012 a ênfase de raça/etnia realizou dois eventos importantes, a saber: O Seminário intitulado "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade e as Experiências Acadêmicas: Um desafio?", ocorrido na UERJ, organizada pelo Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro- Americanos- PROAFRO/UERJ, em conjunto com a Comissão de Gênero e Etnia e Diversidade Sexual (GEDES) do CRESS RJ , em 2012, assim como o encontro PRE- ENPESS organizado pelo Grupo de Estudo das Relações Étnicorraciais e o Serviço Social (GERESS) em São Paulo, sob a coordenação de Maria José Pereira (Majô) , no mesmo ano.

A partir de setembro de 2013, o GTP sob a coordenação da Profa Dra Elisabete Aparecida Pinto, estabeleceu como proposta iniciar as ações criando um espaço virtual. Instalada no Centro de Pesquisa Afro-Orientais (UFBA)- espaço de funcionamento do NEPGREG - Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Raça, Etnia e Geração- a coordenação do GTP fixou-se naquele local.

Em 11 de outubro de 2013 foi realizado o Seminário Mortalidade Materna e Aborto: a perspectiva étnico-racial e de gênero.

Além dessas ações, foi realizada pesquisa denominada **A questão étnico-racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro**. O projeto foi construindo no âmbito do Programa Permanecer/Ufba vinculado a Pró-reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil⁴ e contou com três bolsistas para atender às seguintes ações investigativas: plano 1 – O estado da arte: as agências de ensino federais trabalhando com a questões étnico-raciais, 2- Raça-etnia:

⁴ Esses projetos têm formulários próprios com o mínimo de exigência para preenchimento e aplicação.

núcleos de pesquisa em serviço social dos programas de pós-graduação, 3- Produção de conhecimento: potencializar e o acesso a formação e à informação.

A pesquisa contou com duas tutoras assistentes sociais: Claudia Isabele dos Santos e Juliana Marta de Oliveira. Juliana Marta supervisionou duas bolsistas as quais se responsabilizaram pela feitura do site, bem como pela aplicação de questionário online nos cursos de serviço social das IFES.

Os dados encontrados foram baseados na análise dos projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementas das disciplinas.

Como contribuição, diante do exposto, sugerimos que a ABEPSS encaminhe amplamente a discussão política e teórica no campo da formação com as IFES, em caráter de urgência, referente à inclusão da temática étnico- racial nos currículos do curso de serviço social de forma transversal em consonância com a Lei 10.639/2003 e a 11.645/2008. A Lei - 10.639 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá a outras providências. Também, enfatizamos o parecer CNE/CP 003/2004 e a resolução CNE/CP 01/2004 que conforme a Haddad e Santos (2009) *“são instrumentos legais que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto as suas atribuições”*, as quais se operacionalizam no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. O referido Plano estabelece as atribuições das instituições de ensino superior estimulando uma nova sociabilidade para professores, funcionários e alunos.

Outro ponto que merece destaque é compreensão mais aprofundada entre o marxismo e racismo, tema ainda pouco relevante na produção acadêmica em serviço social.

Assim, é que uma das ações do GTP foi a de realizar entrevistas com profissionais área das ciências humanas que se debruçaram de alguma forma na discussão de marxismo e racismo, saber: Augusto Buonicore, Valério Arcary,

Dennis de Oliveira entre outros. Este material precisa ser editado e esperamos realizar nesta próxima gestão.

Assim, seriam 5 vídeos: 1) Relações Étnico-raciais e o marxismo, 2) Políticas Públicas com recorte de gênero e raça, 3) Formação Profissional e Serviço Social, 4) Trajetórias de Mulheres Negras no Serviço Social e 5) A produção do Conhecimento em Serviço Social e a questão étnico-racial.

No Colóquio ocorrido no XIV ENPESS, em Natal, em dezembro de 2014, com base no acúmulo do Seminário ocorrido em Brasília, debatemos sobre as concepções de “interseccionalidade” e consubstancialidade/coextensividade, todavia, não deliberamos alteração na ementa do GTP, a qual ainda consta a perspectiva da interseccionalidade. Acreditamos que essa possível alteração exigirá um seminário de maior fôlego para um debate teórico, pois, Não há um consenso sobre o uso de tais categorias. As controvérsias em torno da “interseccionalidade” e da “consubstancialidade” dizem respeito desde a crítica a perspectiva “geométrica” e transdisciplinar de intersecção, até as implicações teóricas e políticas de seus usos.

Por “Interseccionalidade” entende-se a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Tal conceito foi desenvolvido inicialmente por Kimberlé W. Crenshaw (1989) a partir do movimento Black Feminism norte-americano. A “consubstancialidade” por sua vez, foi elaborada por Danièle Kergoat, na França, em termos de articulação entre sexo e classe social, e, posteriormente, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça.

Supomos que a perspectiva da “interseccionalidade” é um importante instrumento metodológico no sentido de contribuir para a elaboração de políticas públicas, ao pretender-se uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de enfoque integrado, e ao eleger como grandes eixos da diferenciação social as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual (Hirata apud Bilge, 2009, p. 70). Soma-se a isso o seu caráter político, a “interseccionalidade” é considerada como uma das formas de combater

as opressões, e, portanto, como um instrumento de luta política para o movimento de mulheres negras (Hirata, 2014; Collins, 2014).

Por outro lado, a “consustancialidade” parece-nos contribuir sobremaneira na análise das relações e práticas sociais em seu movimento e historicidade ao partir do pressuposto de que as relações são dinâmicas e que existem três relações sociais fundamentais que se imbricam e são co-extensivas, o gênero, a classe e a raça (Kergoat; Saffioti, 2010). Segundo Kergoat (2012, p. 126-127), elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são co-extensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de "raça", se reproduzem e se co-produzem mutuamente (tradução nossa⁵).

O debate sobre tais conceitos será retomado e aprofundado pelo e no GTP no sentido de se pensar possíveis articulações entre ambos, ou a escolha daquele que mais aproxime aos objetivos do mesmo. Finalmente, cabe dizermos que ambas as perspectivas reconhecem e questionam as hierarquias e opressões.

Ainda no Colóquio, fizemos uma breve apresentação sobre as atividades realizadas por cada ênfase, bem como discutimos propostas para o planejamento da nova gestão (2015-2016) eleita, composta pelas professoras:

Prof^a Dra. Mirla Cisne (UERN) – Coordenadora

Prof^a Dra. Magali Silva (UFBA) – ênfase raça-etnia

Prof^a. Elisabete Pinto - ênfase raça-etnia (UFBA)- ênfase raça-etnia.

Prof^a Dra. Fernanda Marques de Queiroz (UERN) – ênfase de gênero

Prof^a Ms. Milena Barroso (UFAM) - ênfase de gênero

Prof^a Ms. Bruna Andrade Irineu (UFT) – ênfase sexualidade

Prof^a Ms. Valdenízia Peixoto (UNB)- ênfase sexualidade

Prof^a Dra. Gláucia Russo (UERN) - ênfase geração

⁵ Texto original: “Les rapports sociaux sont consubstantiels: ils forment un noeud qui ne peut être séquencé au niveau des pratiques sociales, sinon dans une perspective de sociologie analytique; et ils sont coextensifs: en se déployant, les rapports sociaux de classe, de genre, de « race », se reproduisent et se co-produisent mutuellement” (*IDEM, IBID*).

Profª Dra. Maria das Graças Gomes (UFES) – ênfase geração

No Colóquio, apresentamos como destaque, em termos de resultado das nossas ações, os dois números (27 e 28) da *Temporalis* dedicados às ênfases do GTP. Recebemos 122 artigos para avaliação, sendo 57 (gênero e feminismo), 8 (diversidade), 7 (raça e etnia) e 5 (envelhecimento). Na *Temporalis* de número 27, tivemos: 4 artigos sobre gênero/feminismo; 2 artigos sobre diversidade sexual; 1 artigo sobre raça/etnia e uma entrevista internacional com a feminista francófona Jules Falquet, abordando temas polêmicos do feminismo na contemporaneidade. Na *Temporalis* de número 28, tivemos: 5 feminismo; 1 artigo associando as relações sociais de classe, raça e sexo; 2 sobre sexualidade, sendo um deles voltado para o envelhecimento, 1 sobre raça e um ensaio internacional sobre abuso sexual, envolvendo as relações de classe, gênero e raça. É importante ressaltar que as coordenadoras do GTP foram pareceristas desses números, de acordo com suas ênfases, além de termos atuado na divulgação da chamada para a revista. Consideramos que o número expressivo de artigos enviados para avaliação foi muito importante para expressar o crescimento da produção nas temáticas do GTP, o que levou a direção da ABEPSS deliberar pela publicação de dois números na *Temporalis* e não apenas um, como estava previsto para o nosso GTP. Todavia, os números também revelam que a ênfase raça/etnia continua ainda muito incipiente, o que demanda nossa atenção e investimento para incorporação dessas categorias na nossa formação profissional. Apresentamos também o balanço dos trabalhos apresentados no XIV ENPESS que, também, apontam para a demanda do investimento na ênfase raça/etnia: Foram 61 comunicações nas ênfases de Gênero/feminismo; 13 em Sexualidades/diversidade sexual; 21 em Raça/etnia: 21 (sendo apenas 3 sobre questão indígena) e 30 voltado para Geração.

No mesmo colóquio ao analisar tais números, pôde-se observar, mesmo de forma incipiente, que houve uma prevalência dos trabalhos sobre gênero/feminismo evidenciando uma maior maturidade de pesquisa acadêmica da profissão em tal temática. Porém, visando a necessidade de ampliar e aprofundar

o debate nos demais eixos, considerando a perspectiva já evidenciada da consubstancialidade. O baixo número de trabalhos na ênfase em sexualidade em relação as demais ênfases, comprova que tal temática permanece marginalizada nas pesquisas em Serviço Social, mesmo sendo crescente o seu debate na sociedade. Discussões sobre diversidade sexual no Brasil vêm ganhando, mais recentemente, espaço em diversas esferas da vida social, seja na política formal com o ativismo de alguns parlamentares pró direitos da população LGBT, seja na grande mídia com notícias, telenovelas, filmes, *sites* e *blogs* da internet, seja nos organismos governamentais com a criação de órgãos de políticas de diversidade sexual em várias instancias do poder público e ainda dos movimentos sociais envolvidos com as questões de gênero e sexualidade. Portanto, considerando a importância da categoria profissional habilitar-se sobre o tema para tratar das demandas prementes na vida cotidiana, o GTP indicou ferramentas de ensino e pesquisa como a criação de disciplinas em cursos de graduação que possibilite um aprofundamento de tais questões.

Ainda no Colóquio, discutimos sobre a relação do GTP com os eixos de raça e geração, pois, não estávamos conseguindo uma boa articulação com os mesmos.

Foi colocada em debate a proposta de separação da ênfase geração e uma avaliação sobre a abordagem dos trabalhos desta ênfase, se as mesmas estariam mais voltados às políticas sociais ou se havia de fato uma relação com o GTP, bem como foi ressaltada a diversidade das temáticas que dificulta o trabalho em um único grupo. Essa proposta já foi discutida em diversas reuniões do GTP, contudo, no Colóquio, foi decidido manter a mesma configuração até que tivéssemos uma proposta mais amadurecida para não correremos o risco de enfraquecer nenhuma ênfase.

Com relação à ênfase raça, em reunião conjunta dos GTPs, foram explicitadas as dificuldades de articulação com tal ênfase, se constituindo como um desafio a ser superado nessa gestão.

A partir de tais elementos, ressaltamos a importância de um encontro entre todos os GTPs para pensarmos nossa configuração, em termos de subdivisões, formato, funções e relações.

Como **propostas** do Colóquio, deliberamos:

1. **Sugerir na Assembléia da ABEPSS a inclusão de uma disciplina obrigatória no currículo do Serviço Social, que verse sobre as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e geração.** Essa proposta foi encaminhada e a Assembleia a aprovou com unanimidade.
2. **Promover um curso de formação em parceria com CFESS/CRESS, UFAs sobre as relações sociais de gênero, sexualidade, raça/etnia e geração.** Essa proposta vem sendo pensada nos moldes do Projeto Ética em Movimento e será apresentada ao CFESS e ABEPSS para ser operacionalizada.
3. **Dar prosseguimento ao estado da arte e levantamento dos grupos de pesquisa sobre as ênfases do GTPs.**
4. **Criar uma página no facebook.** Proposta já efetivada, cuja página é: <https://www.facebook.com/groups/1546500775567398/?fref=ts>
5. **Promover um Encontro/Seminário do GTP**
6. **Estimular a relação do GTP com movimentos sociais**
7. **Fortalecer a comunicação e o diálogo entre as ênfases**

4. PLANEJAMENTO, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Percebe-se que um dos desafios a ser enfrentado pelo GTP é fomentar uma maior articulação entre as ênfases que a compõem, bem como consolidar o debate de tais problemáticas no âmbito do Serviço Social, haja vista o reduzido número de produção na área e certa resistência da categoria a tais discussões sob o argumento de que as mesmas já “transversalizam” as temáticas dos demais GTPs, o que em nossa avaliação invisibiliza tais discussões.

Reiteramos à importância de ofertar disciplinas nos cursos de graduação em Serviço Social, que abordem as temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração, antes ou concomitante às disciplinas de estágio supervisionado, observando ainda ser essencial garantir pelo menos uma disciplina obrigatória que aborde a temática do GTP.

O levantamento do estado da arte das produções na área do GTP tem se constituindo como um desafio dado à incipiência de publicações nos periódicos de maior circulação no Serviço Social, mesmo mapeando o aumento de grupos de pesquisa vinculado ao Serviço Social registrados no CNPq e das produções em eventos como Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e ENPESS, como observam as investigações de Rita de Lourdes de Lima (2012), Roseli Rocha (2011) e Guilherme Almeida (2008). Todavia, os dois últimos números (27 e 28) da *Temporalis*, nos comprovam o crescimento da produção, especialmente, na ênfase de gênero e feminismo, nas demais ênfases, segue o desafio de um maior investimento na formação profissional que contemple e estimule os debates e produção acadêmica nas temáticas que envolvem sexualidade, raça/etnia e geração.

Nesse sentido, cabe ao GTP planejar ações para superar estes desafios com perspectivas de ampliação do debate. Para tanto, daremos continuidade ao processo de levantamento do estado da arte do GTP, bem como a promoção de cursos e/ou seminários.

Contribuímos, também, na organização do ENPESS 2014 realizado em Natal-RN, mediante a avaliação dos trabalhos enviados ao GTP, bem como na coordenação do Colóquio Temático, além das Revistas *Temporalis* de números 27 e 28, como já apontamos.

4.1 Propostas de ação para ênfase de raça/etnia

- Dar continuidade ao projeto: A questão étnico-racial e de gênero no âmbito do serviço social brasileiro.

- Mapeamento dos núcleos de pesquisa dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil.
- Realização de vídeos: 1) Relações Étnico-raciais e o marxismo, 2) Políticas Públicas com recorte de gênero e raça, 3) Formação Profissional e Serviço Social , 4) Trajetórias de Mulheres Negras no Serviço Social e 5) A produção do Conhecimento em Serviço Social e a questão étnico-racial.
- Realizar um levantamento dos TCC's escritos sobre o tema (raça/etnia) escritos no âmbito do Serviço Social.
- Produção de uma publicação específica sobre serviço social e racismo.
- Estimular articulação entre o GTP e as comissões de gênero e etnia dos CRESS da federação
- Construção do estado da arte da produção de conhecimento sobre relações sociais de raça/etnia e classe no âmbito do serviço social, nos cursos de graduação e pós graduação brasileiros.
- Provocar reflexão no âmbito da ABEPSS sobre o ensino (graduação e pós-graduação) das relações raciais e étnicas, no currículo dos cursos de Serviço Social, com base nas Leis 10639/2003 e 11645/2008, na Portaria 01, de 2004 do CNE. Sobre esse tema devemos garantir uma mesa no ENPSS, pois o mesmo tem suscitado debate, inclusive pelas comissões de avaliação de cursos do MEC, que tem cobrado das unidades de ensino para o credenciamento de seus cursos.
- Segunda Edição do II Colóquio de Relações Sociais de Raça/Etnia e Serviço Social com previsão para 2016.
- Realização de curso de formação para docentes, discentes e assistentes sociais sobre a temática étnico- racial e serviço social, em conjunto com as demais ênfases de GTP.

4.2 Propostas de ação para ênfase de gênero

A ênfase de gênero tem uma particularidade, pois, se articula diretamente com as demais, o que pode ser verificado nos trabalhos apresentados no último Enpess. Por outro lado, essa amplitude de articulação ocorre nas diversas perspectivas de teóricas de análise, o que muitas vezes, acaba tornando o debate superficial e/ou reproduz a visão binária e limitada do que se compreende por gênero. Neste sentido, pretende-se:

- Fortalecer o debate sobre as relações sociais de gênero e sua articulação com o patriarcado, contribuindo para análise teórica da perspectiva das relações patriarcais de gênero;
- Contribuir com o debate das relações étnico-raciais e sua articulação com o gênero;
- Sistematizar os trabalhos de Serviço Social em periódicos nacionais e ENPESS sobre gênero a partir: da perspectiva teórica adotada, abordagem e local da produção;
- Participar de eventos (mediante proposição de STs e GTs) levando em consideração a articulação conjunta entre as ênfases do GTP e não realizados de forma isolada por cada ênfase;
- Elaborar o conteúdo que versa sobre gênero do módulo do curso/formação a ser ofertado pelo GTP;
- Fortalecer parcerias com grupos internacionais de pesquisa e com a Universidade Livre Feminista;
- Mapear grupos de pesquisa na área de Serviço Social no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

4.3 Propostas de ação para ênfase de sexualidade

Discutir sexualidades e diversidade sexual na sociedade contemporânea, perpassa a história das opressões vivenciadas por homossexuais ou qualquer outro sujeito que se mantém assimétrico com as normas sexuais impostas. Tais

normas são oriundas de uma formação sócio histórica a qual prevalece os valores morais calcados na heteronormatividade e no machismo. Isto implica em diversas violações dentre elas a LGBTfobia, causa recorrente e exponencial de assassinatos de pessoas LGBT. Assim, torna-se urgente a análise de tal fenômeno a partir de parâmetros teóricos, sociais e históricos, para que a partir da análise da realidade possa-se construir meios de garantir a plena liberdade sexual, evidenciando a diversidade dos gêneros, dos corpos e das orientações sexuais. Nesse sentido, ressaltamos que o GTP 6 propõe-se a:

- 1) Propor Grupos de Trabalho sobre Serviço Social, políticas públicas e diversidade sexual e de gênero nos eventos nacionais e internacionais sobre sexualidade e diversidade sexual a serem realizados em 2015 e 2016;
 - 2) Realizar levantamento do Estado da Arte referente a ênfase em sexualidade;
- Estabelecer uma aproximação com instituições da sociedade civil que possui militância na área da diversidade sexual;
 - Aprofundar o debate sobre corpo, sexualidade e homofobia, incentivando a estudos e pesquisas com a temática junto as unidades acadêmicas;

4.4 Propostas de ação para ênfase de geração

A discussão sobre geração é por si só bastante complexa, já que negros, índios, brancos, homens e mulheres, independentemente da forma como vivenciam seu sexo social atravessam diferentes fases da sua vida, ou seja, passam pela infância, adolescência, juventude e também, em muitos casos, pela velhice. Tudo isso se passa em uma sociedade de classes em que diferenças são transformadas em desigualdades, há múltiplos preconceitos e complexas relações de poder, ou seja, tudo isso se passa em uma sociedade patriarcal, adultocêntrica, sexista, heteronormativa, produtivista e estigmatizante. Portanto, com isso estamos reafirmando que a geração não apenas pode, mas deve ser trabalhada

de forma transversal as demais temáticas presentes nesse GTP. Assim, como contribuição a dinâmica desse grupo, pretende-se:

- Mapear a produção realizada no período de 2012 a 2014, no Banco de dados do CNPq, Encontros Nacionais e Internacionais de Pós Graduação, ENPESS e CBAS, como continuidade à configuração do Estado da Arte relativo à ênfase na especificidade do envelhecimento, bem como iniciar esse trabalho em relação a infância e a juventude.
- Contribuir com o debate da discussão geracional na articulação com as demais ênfases do GTP.
- Contribuir para consolidação da disciplina obrigatória que contemple as temáticas de gênero, raça/etnia, sexualidade e geração no currículo do Curso de Serviço Social da UFES.
- Participar dos eventos e atividades coletivas promovidas pelo GTP 6.
- Realizar consulta às demais IFES e participar de avaliações sobre a abordagem dos trabalhos da ênfase com vistas à decisão sobre a pertinência do deslocamento da mesma para o âmbito das políticas Sociais.
- Elaborar o conteúdo sobre envelhecimento, infância e juventude no curso/formação a ser ofertado pelo GTP 6.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa.** Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 22 set. 2013.

ALMEIDA, Guilherme da S; SILVA, Magali Almeida. *Relatório do Colóquio do GTP6 no XII ENPESS.* Juiz de Fora: 2012, 03 p.

ALMEIDA, Guilherme da S. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos assistentes sociais. *O Social em Questão*, v. 1, p. 117-140, 2008.

Collins, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.* Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 1º semestre, 202. Pp- 171-188

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político- cultural de amefricanidade.* Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 92/93; jan.- jun., 1988, p. 69-82.

Hirata, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho 2014.

KERGOAT, Danièle. *Se batter, disent-elles...* Paris: La Dispute, 2012.

LIMA, Rita de Lourdes de. *Serviço Social e Gênero no Brasil: uma análise do processo de formação profissional.* Pesquisa de Pós-Doutorado. UFRJ, 2012.

LOWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.* São Paulo: Cortez, 1988. 112 p.

ROCHA, Roseli. *A questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em Serviço Social.* Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307756975_ARQUIVO_ROSELIROCHA-ArtigoCompletoXICONLAB.pdf>. Acesso em: 01 set. 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Perseu Abramo, 2004.